

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão *das Secretarias de Estado de Fazenda, de Governo, de Casa Civil e de Comunicação Social*

Prestação de contas do Governo ano 2026 – 1º Ciclo

— 23/6/2026 — 9 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de Fazenda, de Governo, de Casa Civil e de Comunicação Social, entre 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, no âmbito do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2026

Reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico e de Participação Popular

Comissão convidada:

- Comissão de Cultura

Presidente da reunião: Deputado Zé Guilherme

Data: 23/6/2026

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))



I – Apresentação

Em 23/6/2026, as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico e de Participação Popular, tendo como convidada a Comissão de Cultura, receberam Luciana Mundim de Mattos Paixão, secretária de Estado de Fazenda; Castellar Modesto Guimarães Neto, secretário de Estado de Governo; Cássia Amorim Ximenes de Souza, secretária de Estado de Comunicação Social, e Marcel Dornas Beghini, secretário de Estado da Casa Civil, que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: deputados Antonio Carlos Arantes, João Magalhães (substituindo Leonídio Bouças), Noraldino Júnior (substituindo Enes Cândido), Ulysses Gomes e Zé Guilherme.

Comissão de Administração Pública: deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e deputado Professor Cleiton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte: deputada Carol Caram e deputado Adriano Alvarenga.

Comissão de Desenvolvimento Econômico: deputado Roberto Andrade.

Comissão de Participação Popular: deputados Ricardo Campos e Leleco Pimentel (substituindo deputado Doutor Jean Freire).

Poder Executivo:

Luciana Mundim de Mattos Paixão, secretária de Estado de Fazenda; Castellar Modesto Guimarães Neto, secretário de Estado de Governo; Cássia Amorim Ximenes de Souza, secretária de Estado de Comunicação Social; Marcel Dornas Beghini, secretário de Estado da Casa Civil.

Demais presenças: deputadas Bella Gonçalves e Lohanna e deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro, Duarte Bechir, Dr. Maurício, Gil Pereira, Gustavo Valadares, Vitório Júnior e Zé Laviola.

III – Temas discutidos

A secretária de Estado de Fazenda iniciou sua exposição apresentando os números acerca do resultado fiscal, da receita corrente líquida, da despesa com pessoal e da dívida consolidada líquida. Em seguida, informou sobre o estágio de adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, e sobre a avaliação e negociação dos ativos ofertados, transparência fiscal, receita tributária, tratamentos tributários setoriais, controle fiscal e combate à sonegação, ações com foco no contribuinte e iniciativas com o uso de inteligência artificial. A secretária também esclareceu que a despesa de pessoal permaneceu dentro do limite máximo estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o Estado não realizou operação de crédito no período. Segundo ela, o Propag prevê correção do saldo da dívida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, prazo de até 360 meses e amortização pretendida de até 20%. Ela indicou como etapas pendentes o aporte anual ao Fundo de Equalização Federativa – FEF – e a formalização da transferência de ativos. Acrescentou que, com o Propag, o Estado pode reduzir o esforço fiscal, perseguindo trajetória mais sustentável na evolução do endividamento, o que possibilita a ampliação da sua capacidade de investimentos.

A titular da pasta informou ainda que houve queda real de 0,7% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – entre janeiro e maio de 2026, se comparado com o mesmo período em 2025, além de redução do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD – e das taxas. Observou-se, contudo, crescimento acumulado da arrecadação entre 2019 e 2025.

Esse resultado dos últimos anos, de acordo com a secretária, está associado à expansão da base tributária, à modernização e à atuação da fiscalização, bem como à atração de investimentos. Ela citou R\$534,4 bilhões em investimentos atraídos e a geração de 305 mil empregos diretos entre 2019 e 2026. Por fim, apresentou o Balanço Cidadão, o Boletim de Custos, o IPVA Digital, o pagamento por pix, a dispensa da Declaração de Apuração e Informação do ICMS – Dapi – para mais de 213 mil contribuintes e a redução do prazo médio de conclusão de processos de ITCD de 29 para oito dias como avanços obtidos nos últimos anos.

O secretário de Estado da Casa Civil, em sua apresentação, descreveu os trabalhos realizados em frentes de atuação como a coordenação do alinhamento institucional do governo, o assessoramento técnico ao governador e ao vice-governador, a análise de atos submetidos à assinatura do governador, a gestão de correspondências, a tramitação de processos especiais e a articulação intersetorial.

Foram destacados 63 casos intermediados no Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do Ministério Público – Compor –, a reativação do Conselho de Defesa Social, a análise de impacto regulatório e a participação no Sistema de Avaliação de Políticas Públicas – Sapp MG.

A secretária de Estado de Comunicação Social, por sua vez, apresentou as ações realizadas pelo órgão para ampliar a distribuição regional da comunicação governamental. Ela informou que houve crescimento superior a 28% na base de veículos de imprensa parceiros, aumento de 155% das publicações em mídia exterior, produção de 3.723 matérias no portal governamental Agência Minas, além de 944 fotos disponibilizadas, 853 matérias de rádio e mais de 8 mil conteúdos distribuídos regionalmente. De acordo com a secretária, no projeto Governo Presente, foram atendidas 133.181 pessoas em 18 cidades, com oferta de serviços de identificação, vacinação, castração de animais, carteiras específicas e serviços de órgãos estaduais. Finalizando, ela destacou o registro de mais de 1 milhão de seguidores nas redes sociais do governo e 96% de respostas às demandas da imprensa em até 24 horas.

O secretário de Estado de Governo tratou, em sua apresentação, da relação institucional com a Assembleia Legislativa, da participação em audiências públicas, das proposições encaminhadas pelo Executivo, dos requerimentos e ofícios parlamentares respondidos, da análise de impacto regulatório, das emendas parlamentares impositivas, da modernização do Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias – Sigcon – e da acessibilidade do *Diário Oficial eletrônico*. Ele informou as solicitações do Poder Legislativo: por convite ou convocação, foram 301 audiências públicas, com participação de representantes do Poder Executivo em 280 delas; 3.844 requerimentos recebidos e 3.602 respondidos, e 20.732 demandas por ofício. Além disso, das 37 proposições apresentadas, 30 foram aprovadas pelo Legislativo. Por último, o secretário esclareceu que, para 2025, foram pagos R\$2,146 bilhões em emendas impositivas, correspondente a 99,9% do valor aprovado. Já para 2026, foi um total de R\$1,642 bilhão, incluindo o valor pago no exercício e os restos a pagar, equivalentes a 73,3% do montante aprovado até a data da reunião.

Na fase de debates, os principais temas discutidos foram:

1) Destinação dos recursos da desestatização da Copasa

Os parlamentares cobraram informações acerca do ingresso dos recursos provenientes da desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, bem como sobre a necessidade de envio de projeto de lei à Assembleia para a abertura de crédito adicional ao orçamento para sua utilização neste exercício, sobre a destinação desses recursos para a amortização da dívida no âmbito do Propag e para o Fundo Estadual de Saneamento Básico. Foram solicitados valores, datas, dotações, fontes, cronograma de amortização, cálculo dos 5% destinados ao fundo e plano de aplicação dos recursos.

A secretária de Fazenda afirmou que os recursos já haviam ingressado no caixa estadual, mas que a destinação ainda estava em análise.

2) Oferta e avaliação de ativos no Propag e plano de investimentos obrigatórios

Os deputados questionaram sobre o estágio de avaliação dos imóveis e de outros ativos ofertados à União, assim como a situação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais – Cemig – como parte da amortização da dívida do Estado e do plano de investimentos associado à redução de juros no âmbito do Propag.

A secretária de Fazenda informou que os imóveis estavam sob análise da Secretaria de Patrimônio da União e que outros ativos serão avaliados pelos órgãos federais competentes. Segundo ela, a Cemig não foi ofertada e o plano de investimentos existe e pode ser enviado à Assembleia.

3) Benefícios fiscais, identificação dos beneficiários e efeitos econômicos alegados

Os parlamentares questionaram sobre os valores de renúncias fiscais acumulados ao longo dos últimos anos, bem como sobre a identificação de empresas beneficiárias, os incentivos concedidos a mineradoras e prestadores de serviços no Vale do Jequitinhonha e os efeitos dos tratamentos tributários setoriais.

A secretária de Fazenda explicou que os tratamentos são setoriais e podem combinar crédito presumido e diferimento. Ela citou estudo acadêmico elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais segundo o qual cada real de ICMS renunciado teria impacto estimado de R\$1,23 no produto interno bruto estadual. Segundo ela, a relação dos beneficiários e os estudos estão no Portal da Transparência.

4) Despesas com publicidade e ações na área de comunicação

Questionou-se a respeito dos custos da iniciativa Governo Presente, do volume de recursos destinados à publicidade e do uso da imagem do governador nas redes oficiais em período pré-eleitoral.

A secretária de Comunicação informou que o governador aparecia na capa de 18 das 251 postagens do Instagram do Governo de Minas e no conteúdo de 94 postagens. Disse não possuir os custos

do Governo Presente e que poderia apurá-los. Quanto à publicidade, apresentou dados parciais e se dispôs a encaminhar o recorte correspondente ao período da prestação de contas.

5) Transparência e execução das emendas parlamentares e atendimento às demandas da Assembleia

Foram debatidos o pagamento das emendas impositivas, as novas exigências de planos de trabalho, a execução das emendas oriundas da Comissão de Participação Popular e o crescimento de requerimentos e ofícios dirigidos ao Poder Executivo.

O secretário de Governo informou que o volume de requerimentos e ofícios cresceu independentemente da conversão de demandas. Segundo ele, as indicações da Comissão de Participação Popular dependem de complementações a serem enviadas pela Assembleia. Por fim, ele se comprometeu com o processamento e o pagamento das emendas aprovadas.

6) Crédito consignado dos servidores, recursos do metrô e política habitacional

Foi questionada a situação da Credcesta, linha de empréstimo consignado disponibilizada aos servidores públicos estaduais, ligada ao Banco Master, bem como a administração dos recursos destinados às obras de expansão e modernização do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Habitação.

A secretária de Fazenda informou que a administração da folha não compete à pasta. Além disso, afirmou não ter conhecimento de mudança de instituição financeira nas contas geridas pelo Tesouro e que a política habitacional não é de competência da secretaria. Ela finalizou comprometendo-se a apresentar saldos e aportes de recursos de Brumadinho sob gestão do Tesouro.

IV – Compromissos

Secretaria de Estado de Fazenda

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Enviar à Assembleia os planos e informações solicitados sobre o Propag, inclusive o plano de investimentos obrigatórios.

- Fornecer informações sobre benefícios e renúncias fiscais, inclusive dados solicitados por parlamentares.
- Apresentar saldos e valores relativos ao Acordo de Brumadinho aportados no Tesouro.

Secretaria de Estado de Comunicação

V – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

RQN 18.609/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as renúncias e os benefícios fiscais praticados pelo Estado no ano de 2025, com a identificação dos respectivos beneficiários.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18609/2026>].

RQN 18.610/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as instituições financeiras habilitadas para operar a concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos estaduais e sobre as medidas adotadas em relação à situação do Banco Master, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18610/2026>].

RQN 18.611/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as instituições financeiras habilitadas para operar a concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos estaduais e sobre as medidas adotadas em relação à situação do Banco Master, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18611/2026>].

RQN 18.612/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da administração dos recursos públicos, especialmente os provenientes das transferências da União e do Acordo Judicial de Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens de Brumadinho, destinados às obras de expansão e modernização do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18612/2026>].

RQN 18.614/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações acerca da administração dos recursos públicos, especialmente os provenientes das transferências da União e do Acordo Judicial de Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens de Brumadinho, destinados às obras de expansão e modernização do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18614/2026>].

RQN 18.616/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18616/2026>].

RQN 18.617/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18617/2026>].

RQN 18.618/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca das medidas adotadas para compatibilização das informações relativas aos recursos extraordinários recebidos em decorrência do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18618/2026>].

RQN 18.619/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento, recapeamento ou manutenção dos trechos de rodovia que especifica, indicando-se as fontes de recursos utilizados na execução dessas obras.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18619/2026>].

RQN 18.620/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a conclusão das obras de asfaltamento, recapeamento ou manutenção dos trechos de rodovias que especifica e

sobre as fontes de recursos utilizados na execução dessas obras.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18620/2026>].

RQN 18.621/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a destinação dos recursos decorrentes da desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, com o envio a esta Casa dos documentos que especifica. [<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18621/2026>].

RQN 18.622/2026: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações, consubstanciadas nos documentos que especifica, sobre a aplicação dos recursos provenientes da desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, especialmente quanto à amortização da dívida pública, aos investimentos obrigatórios, à destinação de recursos ao Fundo Estadual de Saneamento Básico e ao cumprimento das exigências da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18622/2026>].

RQN 18.623/2026: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a execução orçamentária das emendas da Comissão de Participação Popular à Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2025, com os esclarecimentos que especifica.

[<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18623/2026>].

Belo Horizonte, 23 de junho de 2026.

Deputado Zé Guilherme

Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária